

AS CADEIAS CURTAS DAS FEIRAS COLONIAIS E AGROECOLÓGICAS: AUTOCONSUMO E SAN

Luciana Pozzebon

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
pozzebom@unochapeco.edu.br

Anelise Graciele Rambo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
ane_rambo@yahoo.com.br

Grupo 7. Agricultura Familiar e Ruralidade

Resumo

O objetivo deste trabalho consiste em analisar as feiras coloniais e agroecológicas do município de Chapecó-SC verificando em que medida permitem a produção para o autoconsumo das famílias de agricultores e, conseqüentemente, sua contribuição nos aspectos relacionados à segurança alimentar e nutricional (SAN). O estudo justifica-se pelas contribuições que pode dar às ações e políticas de segurança alimentar e nutricional e de desenvolvimento rural. Trata-se de estudo transversal, descritivo com abordagem qualitativa, valendo-se ainda de métodos quantitativos para expressar os resultados. O estudo foi conduzido com sete agricultores que comercializam em três feiras no município de Chapecó. A coleta de dados ocorreu entre dezembro de 2014 e janeiro de 2015, por meio de entrevistas semiestruturadas e análise de dados, com estatística descritiva e análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que a prática de autoconsumo é recorrente entre os agricultores feirantes. Assim, conclui-se que as famílias dos agricultores, ao participarem das feiras, constituindo circuitos curtos agroalimentares, estão dentro dos parâmetros da SAN, pela prática de autoconsumo, uma vez que têm acesso facilitado a alimentos de qualidade, diversificados e em quantidade suficiente para a família. Ao mesmo tempo, as feiras mostraram-se enquanto uma importante estratégia de geração de renda.

Palavras-chave: Autoconsumo. Segurança alimentar e nutricional. Cadeias curtas agroalimentares. Feira de produtos coloniais e agroecológicos.

Abstract

This paper analyzes the extent to which colonial and agro-ecology fairs in the city of Chapecó, State of Santa Catarina (SC), Brazil, allow the self-consumption of farming families and hence its contribution to the aspects related to their food and nutrition security (SAN). The study is justified by the contributions they can make the safety actions and policies food and nutrition and rural development. This is a cross-sectional and descriptive study with a qualitative approach, using quantitative methods to express the results. This study was carried out with seven farmers marketing in three agricultural fairs in Chapecó. Data were collected

from December 2014 to January 2015 using semi-structured interviews and data analysis with descriptive statistics and content analysis. Results show that the self-consumption is recurrent practice among farmers fair dealers. Thus, it is concluded that the farmers' families follow the food and nutrition security parameters, practicing the self-consumption with easy access to quality and diverse food in sufficient quantity to the family. At the same time, the agricultural fairs proved to be an important strategy for generating income.

Keywords: Self-consumption. Food and nutrition security. Food short supply's. Fair of colonial and agro-ecological products.

1. Introdução

As atividades agrícolas sempre foram uma forma de assegurar a sobrevivência da espécie humana pela garantia da oferta de alimentos. Ao longo dos anos, as técnicas de produção foram se modificando, visando aumentar a produção e produtividade. A agricultura voltada para a subsistência passou a dar espaço à produção de *commodities* agrícolas destinadas à exportação. Estes mercados passaram a exigir produtos cada vez mais padronizados e produzidos em larga escala. Para atender essa demanda, os agricultores lançam mão de insumos químicos, sementes híbridas e/ou transgênicas, máquinas agrícolas disseminando as monoculturas, o que gerou a exclusão de parte da população rural bem como impactos ambientais significativos (GRAZIANO DA SILVA, 1998; BALSAN, 2006; FREDERICO, 2013).

Ressaltam Silveira et al (2009) que com a modernização da agricultura e a crescente globalização das relações econômicas, ocorre uma tendência de passagem de convenções cívico domésticas para convenções industriais-mercantis. Nas primeiras, típicas da comercialização direta e no pequeno varejo, a confiança estabelecida entre produtor-consumidor constrói uma fidelidade, onde motivações estritamente relacionadas à lucratividade assumem importância apenas secundária. A validação social se sobrepõe a validação legal, sendo vínculos morais vistos como garantia, colocando o aparato jurídico em segundo plano. No segundo caso, as relações assumem caráter contratual, no qual exigências de quantidade, qualidade, regularidade na entrega e preços praticados são estabelecidos pelos agentes com maior poder de barganha, os grupos agroindustriais encarregados do processamento dos alimentos, os grandes atacadistas ou as grandes redes de supermercados, cada vez mais importantes nas definições de regras para o mercado alimentar. O agricultor, tradicional tomador de preço segundo a economia convencional, deve simplesmente submeter-se a estas regras impostas pelo mercado.

Embora as convenções industriais-mercantis sejam predominantes, práticas como a diversificação, o autoconsumo e a comercialização direta ainda se mantêm principalmente no âmbito da agricultura familiar. Estas representam estratégias importantes de geração de renda e de segurança alimentar e nutricional (SAN) para os agricultores e também para os consumidores que se abastecem diretamente nas feiras. Marques (2010), ao tratar da soberania alimentar, destaca o papel dos circuitos locais de produção-consumo. Ressalta que a aliança entre agricultores e consumidores é considerada estratégica.

Os consumidores devem tomar consciência de que sua qualidade de vida está intimamente associada aos modelos agrícolas e seus múltiplos serviços ambientais. Esta multifuncionalidade só emerge quando as paisagens estão dominadas por unidades produtivas pequenas e biodiversificadas, sendo, no fim das contas, mais produtivas que as grandes monoculturas. Ademais, as comunidades rurais diversificadas e ancoradas na

agricultura familiar apresentam economias mais saudáveis e menores problemas sociais (MARQUES, 2010, p.83).

Quanto à diversificação, Schneider (2010) sublinha que fortalecer os meios de vida dos agricultores familiares implica na criação de mecanismos de diversificação das opções e estratégias de trabalho e renda, estimulando assim sua resiliência em face das crises, dos choques ou vulnerabilidades, que conformam o ambiente hostil em que vivem os agricultores. Isso implica afirmar que, quanto mais diversificada for uma unidade produtiva, maiores serão as chances e oportunidades que as famílias possam ter opções para fazer escolhas.

Sendo assim, considera-se que diante das crises da agricultura e do “moderno” sistema agroalimentar, a venda direta aos consumidores – configurando circuitos curtos agroalimentares – vem-se tornando uma estratégia viável de manutenção das famílias no campo, pela garantia de rentabilidade e entrada semanal de renda. Gazolla (2004) aponta que os agricultores familiares comercializam, principalmente, produtos provenientes das hortas, como verduras e legumes, bem como frutas e produtos transformados pela agroindústria familiar.

No município de Chapecó, no qual se desenvolveu este estudo, as feiras de produtos coloniais e agroecológicos tiveram início em 1997, justamente após uma crise no setor pecuário (MARQUES, 2009)¹. As feiras foram incentivadas por uma parceria entre o Departamento Municipal de Agricultura e Abastecimento, entidades de pequenos produtores rurais e associações comunitárias, com o objetivo de valorizar a agricultura familiar, como meio de promover o desenvolvimento nas áreas rurais do município, além de possibilitar à população acesso a produtos seguros e baratos (MARTINEZ, 2003).

Além da comercialização, os alimentos da agricultura familiar atendem as necessidades da própria família, por meio do autoconsumo. O autoconsumo é uma estratégia presente na grande maioria das unidades familiares e cumpre papel importante na agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2008). Atesta Gazolla (2004) que a produção para o autoconsumo permite acesso facilitado a alimentos diversificados e nutritivos, respeita as preferências alimentares das comunidades locais, suas práticas de preparo e consumo, e serve como instrumento de preservação da cultura agroalimentar, em consonância com as condições socioambientais e da história local. Ao produzir alimentos, o agricultor aumenta a possibilidade de obter quantidades suficientes para seu auto abastecimento e, conseqüentemente, diminui a chance de restrições alimentares e/ou fome.

Anjos, Caldas e Hirai (2008) argumentam que compreender os aspectos de autoconsumo e as práticas alimentares é fundamental para discutir a segurança alimentar e nutricional em suas dimensões relacionadas ao acesso regular e constante a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes, sem comprometer as outras necessidades básicas, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde.

Assim, este trabalho propõe analisar em que medida as feiras coloniais e agroecológicas de Chapecó-SC viabilizam a produção para o autoconsumo das famílias de agricultores e qual sua contribuição à segurança alimentar e nutricional. Para tal, pretende identificar os produtos de autoconsumo e/ou de comercialização; estimar economicamente o

¹ A crise na pecuária, nas décadas de 1980 e 1990, ocorreu pela pressão dos grandes frigoríficos no desenvolvimento do denominado sistema de integração, no qual a produção de aves e suínos seria destinada exclusivamente a uma determinada empresa. Este processo foi responsável por um quadro de descapitalização de grande parcela das unidades familiares, causada pelo endividamento das famílias para financiar a produção. Além disso, o esgotamento dos recursos naturais, a queda do preço das *commodities* produzidas na região e a escassez de terras aptas para cultivos anuais agravaram a situação ^[2].

consumo alimentar da família; compreender como o autoconsumo se liga a noção de segurança alimentar e nutricional no que se refere às dimensões relacionadas ao acesso, qualidade e quantidade dos alimentos; e levantar os fatores determinantes da produção de alimentos para autoconsumo e/ou comercialização.

Assim, este trabalho está estruturado em oito partes, incluindo esta introdução. A segunda parte trata da metodologia utilizada pelo estudo. Já na terceira seção, são apresentados conceitos e relações entre SAN, autoconsumo, cadeias curtas agroalimentares e agricultura familiar. Na sequência, aborda-se brevemente o modo como surgiram as feiras de produtos coloniais e agroecológicos em Chapecó/SC. Na quinta seção são caracterizados os agricultores feirantes e na sexta, destacar-se-á a importância da produção de alimentos para estes agricultores e das cadeias curtas agroalimentares, enquanto ferramentas promotoras da SAN. Por fim, constam as considerações finais acerca do estudo e as referências bibliográficas.

2. Metodologia

Metodologicamente, este trabalho é um estudo descritivo transversal, em que as variáveis relacionadas a fator e efeito são observadas no mesmo momento histórico, ou seja, trata da realidade naquele momento pesquisado, com abordagem qualitativa, a qual se vale de métodos quantitativos para expressar parte dos resultados. O estudo foi desenvolvido no município de Chapecó – SC. A população do estudo compreende cerca de 120 famílias agricultoras que comercializam produtos coloniais e agroecológicos nas feiras. A amostra foi composta por sete famílias feirantes.

A coleta de dados ocorreu entre dezembro de 2014 e janeiro de 2015 e o período considerado para avaliar a produção e o autoconsumo foi de dezembro de 2013 a dezembro de 2014. Os entrevistados foram escolhidos de maneira aleatória conforme a disponibilidade do agricultor.

O roteiro de entrevista aplicado é composto por 32 perguntas, sendo 12 fechadas, com alternativas de múltipla escolha e 20 abertas. O roteiro é alicerçado na metodologia e no próprio questionário desenvolvido na pesquisa “Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluralidade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul” (Pesquisa AFDLP-UFRGS/UFPEL/CNPq-2003) e “Desenvolvimento territorial e segurança alimentar” (Pesquisa DTRSA-UFRGS/UFPEL/CNPq-2003). No entanto, o questionário passou por adaptações, visando a atender aos objetivos desta pesquisa.

As informações foram armazenadas em um banco eletrônico de dados do programa Microsoft Excel®. As variáveis com abordagem quantitativa foram analisadas por meio de estatística descritiva² (REIS, 2002). A metodologia de cálculo de autoconsumo utilizado neste estudo é descrita nas pesquisas supracitadas, sendo utilizada por autores como Gazolla (2004), Anjos, Caldas, Grisa, Niederle e Schneider (2004).

Os valores de autoconsumo, com base na pesquisa AFDLP (2003), passaram por adaptação, visando a contemplar os objetivos deste estudo. Destaca-se que os alimentos de

² A análise de estatística descritiva é a fase inicial do processo de estudo dos dados coletados, utilizada para organizar, resumir e descrever aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos de dados. No presente estudo, foram utilizadas medidas de tendência central, média aritmética simples para expressar os valores monetários e de produção das famílias dos alimentos destinados ao autoconsumo e à comercialização.

origem animal e vegetal foram calculados com a mesma fórmula. Assim, a equação geral utilizada neste estudo ficou definida da seguinte forma:

Produto bruto de autoconsumo PBA = PBA vegetal(v) + PBA animal(a)

PBA v/a(R\$) = QPA(v/a) x PPA (v/a) em que:

PBA é o produto bruto de autoconsumo;

QPAV, a Quantidade de Produtos para Autoconsumo v/a;

e PPAV é o Preço dos Produtos de Autoconsumo v/a.

As respostas descritivas serviram para complementar e esclarecer os dados quantitativos, sendo analisadas e contextualizadas com essas informações. Em algumas respostas, foi aplicada a metodologia da análise do conteúdo (BARDIN, 2008).

Os aspectos nutricionais da estimativa do autoconsumo alimentar foram analisados pela comparação entre os resultados encontrados e as recomendações nutricionais descritas na literatura e no novo Guia Alimentar da População Brasileira (BRASIL, 2014). Os dados de autoconsumo foram relacionados com os aspectos de SAN por meio dos estudos publicados na área.

3. Relações entre SAN, autoconsumo, cadeias curtas agroalimentares e agricultura familiar

A definição brasileira de SAN e que será utilizada neste trabalho, é descrita por Maluf (2007, p.17) como:

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Para promover a garantia deste direito, é fundamental o fortalecimento da agricultura familiar, uma vez que são responsáveis pela promoção da sustentabilidade na produção de alimentos, com maior incentivo às práticas orgânicas e agroecológicas. A produção de alimentos apresenta benefícios relacionados a oportunidades de trabalho e de geração de renda entre os membros da família e a ampliação da oferta de alimentos de qualidade para a sociedade (ANTUNES, CUNHA, 2011).

Hoffmann (2014) avalia a importância da agricultura familiar comparando o valor da sua produção com o total da despesa com alimentação das famílias do País. Afirma que de acordo com os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar 2008-2009, o total da despesa anual com alimentos, em reais de janeiro de 2009, era 292,6 bilhões. Admitindo que não haja exportação de produto da agricultura familiar e com a inflação de 15% entre o ano do Censo Agropecuário (2006) e janeiro de 2009, verifica-se que a produção da agricultura familiar corresponde a 21,4% do valor total das despesas com alimentos das famílias do País.

A agricultura familiar é responsável pela produção de diferentes gêneros alimentícios, que atendem a necessidade dos consumidores (pelos canais de abastecimentos) e da própria família por meio da prática do autoconsumo. Gazolla e Schneider (2007, p.2) conceituam o

autoconsumo como “aquela parcela da produção animal, vegetal ou transformação caseira, que foi produzida pelos membros de uma família, utilizada na alimentação do grupo doméstico correspondente, de acordo com suas necessidades”.

Gazolla (2004) em enfatiza ainda que essa produção permite acesso facilitado a alimentos diversificados e nutritivos, respeita as preferências alimentares das comunidades locais, suas práticas de preparo e consumo, e serve como um instrumento de preservação da cultura agroalimentar, em consonância com as condições socioambientais e a história local.

Assim, além de a agricultura familiar ser um importante ator na promoção da SAN na sociedade em geral, é também geradora de SAN para as famílias dos agricultores, por meio da prática do autoconsumo. A produção diversificada de alimentos pela agricultura familiar apresenta uma qualidade nutritiva considerada superior aos alimentos industrializados, proporciona economia monetária e maior autonomia do agricultor frente ao contexto social e econômico, não havendo a necessidade de comprar alimentos, pois eles estão disponíveis na propriedade rural. O princípio do respeito aos hábitos alimentares ocorre uma vez que a família produz e consome alimentos que são de sua preferência, mantendo a bagagem cultural e histórica do território. A prática da policultura permite a multiplicidade de alimentos e, conseqüentemente, uma alimentação variada e saudável (GAZOLLA, SCHNEIDER, 2007).

Todavia, a produção para autoconsumo, assim como outras práticas, dependem do repertório cultural³ (LONG, 2001) de cada grupo social. O autoconsumo é definido pelos agricultores como uma “herança que vem de casa”. Percebem-se diferenças atribuídas à importância da produção entre as famílias que apresentam este repertório cultural daquelas que não o apresentam. A experiência adquirida com os pais e o fato de terem trabalhado na agricultura, são elementos citados pelos agricultores como responsáveis pelo conhecimento e existência do autoconsumo, que também são influenciados pelas dinâmicas de desenvolvimento da agricultura familiar. Em municípios ou regiões onde as técnicas e os hábitos da cultura agroalimentar foram preservados, esta produção é mais acentuada (GRISA, GAZOLLA, SCHNEIDER, 2010).

Por outro lado, é importante observar que o agricultor familiar não aspira somente a atender a sua subsistência. Fazendo parte da sociedade moderna, deseja também o acesso a um conjunto de bens materiais e culturais. Assim, parte das unidades familiares intensifica o ritmo de trabalho, dá preferência aos cultivos comerciais e especializam-se em poucas culturas. A produção para o autoconsumo passa de uma condição majoritária para complementar, sobretudo após a Revolução Verde, conforme apontam Grisa e Schneider (2008).

Frente à realidade mencionada, entende-se que as feiras podem representar um mecanismo que alia tanto a produção para o mercado, quanto à produção para o autoconsumo. Como afirma Traversac (2010) os circuitos curtos contemplam as formas mais tradicionais de comercialização, como a venda direta na propriedade, em feiras livres bem como a entrega e venda à domicílio.

As feiras de produtos coloniais se tornaram uma forma para contornar a exclusão de agricultores familiares, os quais estão às margens das cadeias longas e de *commodities* que são os principais elementos que estruturam o atual sistema moderno agroalimentar. Ao mesmo tempo, as feiras possibilitam a geração de renda e o acesso a um conjunto de bens materiais e culturais da sociedade moderna, por meio da venda de seus produtos de maneira

³ Maneiras com que vários elementos culturais – noções de valor, tipos e fragmentos de discursos, ideias de organização, símbolos e procedimentos rituais – são usados e recombinação na prática social, de maneira consciente ou não (LONG, 2001).

direta aos consumidores. Ou seja, trata-se de um dos canais agroalimentares curtos de abastecimento, mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, econômico e cultural (RENTING, MARSDEN, BANKS, 2003).

Importa trazer as considerações de Silveira et. al. (2009) pelas quais os autores destacam que as tradicionais estratégias de desenvolvimento rural tem buscado inserir os agricultores familiares no mercado, como se estes desde os tempos imemoriais não tivessem participado do mercado como espaço de trocas econômicas. Tal situação seria gerada pela confusão estabelecida por análises que desconsideram os circuitos curtos de comercialização, baseados na interação face a face, nas relações de confiança entre produtor e consumidor como mercado e atribuem este conceito, apenas aos circuitos longos, nos quais o caráter despersonalizado dos agentes e a monetarização das relações de troca assumem papel fundamental.

Os canais curtos de abastecimento ou de mercados alternativos, com base na agricultura familiar, estão em fase de construção e consolidação. Assim, além da participação nos mercados coordenados pelas grandes agroindústrias e/ou redes de supermercados, estão surgindo novas redes de comercialização com respaldo em valores “intrínsecos” associados à agricultura familiar: alimentos orgânicos, artesanais, tradicionais e sustentáveis. Esse conjunto de características agora é valorizado pelos consumidores urbanos, que buscam alimentos saudáveis e de procedência garantida (FERRARI, 2011).

Nesse mesmo sentido, apontam Fonseca et. al. (2009), a respeito das feiras orgânicas, que os agricultores se sentem mais valorizados à medida que os consumidores criam vínculos de fidelidade e os consumidores, por sua vez, se sentem seguros em adquirir produtos de qualidade, sabendo a origem e que são cultivados por pessoas que têm preocupações ecológicas e humanitárias.

Pelo exposto, pretende-se enfatizar que existem relações complementares e sinérgicas entre os circuitos curtos agroalimentares, a SAN, o autoconsumo e a agricultura familiar. Na medida em que os agricultores familiares produzem parte considerável dos alimentos consumidos no Brasil, contribuindo para a SAN da população em geral, essa produção, ao se destinar também para o autoconsumo, contribui para a SAN das próprias famílias de agricultores familiares. Nessa perspectiva, defende-se que as feiras de produtos coloniais e agroecológicos assumem importante papel, por duas razões em especial: a primeira, porque promovem a SAN; a segunda, por fomentarem a aproximação entre produtor e consumidor. As chamadas cadeias curtas agroalimentares, que incluem as feiras, mostram, entre outros aspectos positivos, a disponibilização de alimentos frescos e, não raro, a preços mais acessíveis se comparados às grandes redes de supermercados. Tais constatações foram observadas também por Fonseca et. al. (2009, p.2601) enquanto fortalezas dos circuitos curtos de feiras orgânicas:

troca de conhecimentos, saberes e sabores entre produtores, entre produtores e consumidores, entre consumidores; possibilidade de exercitar melhor o controle social das qualidades orgânicas e das garantias dos produtos orgânicos identificadas pelos consumidores devido ao envolvimento produtor-consumidor e as organizações de apoio (públicas, privadas ou da sociedade civil); produtos frescos e com preços menores que nas redes do grande varejo devido a venda direta produtor – consumidor; com o tempo, a fidelidade da clientela.

Na seção seguinte, será dada ênfase a algumas características dos circuitos curtos agroalimentares representados pelas feiras.

4. Feiras de produtos coloniais e agroecológicos e a SAN

No Brasil, as feiras têm início com a colonização portuguesa e a formação das cidades e vilas. As feiras eram espaços destinados à troca, venda e compra de animais, produtos artesanais e alimentos (RIBERIRO, 1995). As feiras livres desempenham papel importante na comercialização, principalmente de verduras, legumes e frutas nos centros urbanos e facilitam o acesso a bens e serviços para os agricultores que comercializam seus produtos (RIBEIRO, 2003).

Nas últimas décadas, as feiras de produtos coloniais no Brasil constituíram uma forma encontrada pelos agricultores familiares de amenizar os problemas associados à disponibilidade de capital de giro e a recursos para investimentos (BUAINAIN, GUANZIROLI, 2003). Em Santa Catarina, a transformação de produtos comestíveis de origem animal ou vegetal faz parte das práticas socioculturais familiares. Esta forma de produção tem servido, ao longo dos anos, à geração de trabalho e renda, seja pelo auto provisionamento ou pela comercialização de excedentes, ou ambos os casos. Estas práticas garantem a viabilização de pequenas propriedades (LOCATELLI, 2009).

O Oeste de Santa Catarina, no qual se localiza o município de Chapecó, é conhecido pela agricultura e pecuária familiar e pelo agronegócio. Nas décadas de 1970 e 1980, a região desenvolveu um sistema de integração na cadeia produtiva de suínos e mais tarde de aves, reunindo pequenos agricultores e grandes agroindústrias processadoras. Entre 1980 e 1990, a suinocultura, principal atividade agropecuária até então, passou por uma crise de produção e abastecimento de matérias-primas (MARTINEZ, 2003).

A crise foi responsável por um quadro de descapitalização de grande parcela das unidades familiares. Esse cenário indicava que os agricultores que ficassem fora da subordinação às grandes agroindústrias, desapareceriam. Já aquelas totalmente integradas estariam destinadas ao endividamento pela exigência de capital para financiar a produção. Entretanto, as respostas dos agricultores familiares a esse contexto se contrapõem a essa lógica (MARTINEZ, 2003).

Os agricultores familiares e suas organizações vem construindo estratégias de reação e adaptação ao ambiente socioeconômico. As “novas iniciativas de desenvolvimento rural” são representadas pelas agroindústrias familiares, atividades de turismo rural, produção agroecológica ou de baixo uso de insumos externos, pluriatividade (PIRES, SPRICIGO, s.d.), novas formas de organização social e da produção, incluindo as cadeias curtas agroalimentares (MARTINEZ, 2003).

As cadeias curtas agroalimentares, representadas pelas feiras, remetem a formas de comercialização que expressam proximidade entre produtores e consumidores, não somente com relação ao aspecto espacial, mas a uma espécie de conexão que permite provocar interatividade. Possibilita também, a construção de relações de confiança em que as interações mercantis de troca sejam menos impessoais e mais enraizadas (SCARABELOT, SCHNEIDER, 2012).

É no espaço local que as relações sociais de proximidade, interconhecimento e solidariedade são acionadas para promoção de mecanismos de confiança, que reduzem riscos e custos de transação. A sociabilidade passa a considerar e valorizar a ética, a qualidade e a diferenciação dos alimentos (SCARABELOT, SCHNEIDER, 2012). Assim sendo, a feira é uma alternativa encontrada para facilitar a comercialização dos produtos dos pequenos agricultores, pois a venda direta ao consumidor aumenta a renda do feirante. Por outro lado, o consumidor fica satisfeito com o preço destes produtos, normalmente, mais acessíveis em relação aos supermercados (SILVA, 2006).

É em meio ao contexto descrito que surgem as feiras no município de Chapecó. Estas se iniciaram em 1997, com o intuito de valorizar a agricultura familiar como meio de promover o desenvolvimento rural do município. A prefeitura municipal e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) ofereceram assistência técnica, capacitação, inspeção animal e vigilância sanitária, com o objetivo de melhorar a qualidade da produção e dos produtos (MARTINEZ, 2003).

A ideia inicial, conduzida por agricultores, mediadores, professores e técnicos do Estado, era de que todos os feirantes se convertessem para a produção agroecológica. No entanto, muitos não fizeram: alguns iniciaram e não conseguiram ou não quiseram completar a transição. O poder público, preocupado em não destituir o novo formato das feiras, que passaram a contar com novas estruturas e espaços na cidade, acabou aceitando agricultores convencionais e ecológicos, dando o nome de Feira de Produtos Coloniais e Agroecológicos (CARVALHO et al, 2010).

Em 2014, Chapecó contava com dez pontos de feiras⁴ (CHIARELLO, ORLOWSKI, WACKULICZ, 2008) sendo dois de localização central da cidade e os demais nos bairros⁵. A maioria dos locais tem infraestrutura de alvenaria, área de exposição dos produtos (bancas) e banheiros de uso coletivo. No entanto, ainda existem algumas com bancadas de madeira e sem estrutura sanitária.

Chiarello, Orłowski e Wackulicz (2008) desenvolveram um estudo em 2008, com 29 agricultores que comercializam nas feiras de Chapecó. Mencionam os autores que as feiras têm um conjunto de normas e acordos entre os agricultores no que concerne à disposição, organização e orientação dos produtos quanto às variedades e quantidades de alimentos a serem produzidos e comercializados. Essas normas são importantes para fornecer produtos de qualidade, promover a capacitação e buscar alternativas de organização e planejamento da produção agropecuária.

Gazolla (2004) ressalta que as feiras de produtos coloniais estão diretamente relacionadas com a SAN, tanto dos próprios agricultores que comercializam seus produtos, quanto dos consumidores que os adquirem. Para os agricultores familiares, os benefícios advêm do fato de ser um mercado alternativo, que possibilita a venda direta ao consumidor e permite a manutenção dos gastos da família e sua produção, com a entrada semanal de renda proveniente da feira.

Para os consumidores, as feiras são veículos de SAN conforme preceitos de Maluf e Menezes (2006), uma vez que permitem o acesso e a disponibilidade de alimentos à população, por fornecerem produtos com qualidades nutricionais superiores aos do grande varejo alimentar e por abastecer os consumidores com alimentos que estão de acordo com os hábitos de consumo (GAZOLLA, 2004). Nesse sentido, importa ressaltar observação de Retiere (2014), ao expor que as percepções dos consumidores envolvidos nas feiras opõem, de um lado, a frieza, o caráter anônimo e despersonalizado das cadeias longas de comercialização, encarnadas pelos supermercados e, de outro lado, o calor e a autenticidade do contato face a face que prevalece nas feiras e outros pontos de venda direta.

No caso do acesso e da disponibilidade de alimentos, os princípios da SAN são efetivados pela produção familiar, que responde pelo fornecimento dos produtos às feiras, geralmente com preços mais baixos se comparado aos demais mercados. A qualidade

⁴ Chiarello, Orłowski e Wackulicz (2008) citam em seus estudos que havia 99 agricultores ligados diretamente às feiras. Porém, esse número ultrapassa 200 famílias se consideradas as que trabalham indiretamente, por exemplo, com transporte dos produtos e fornecimento de insumos agrícolas.

⁵ Os pontos de feiras são: Bairro Efapi, Parque das Palmeiras, São Cristóvão, Bela Vista, Cristo Rei, Presidente Médiçi, Santo Antônio e Expoente.

nutricional é representada pelos alimentos agroecológicos, com maior valor nutritivo. Quanto aos hábitos de consumo, eles são respeitados por fazer parte da cultura alimentar das famílias rurais e urbanas (GAZOLLA, 2004).

5. Características dos agricultores feirantes

Os dados referentes à pesquisa empírica indicam que os agricultores entrevistados participam de feiras em média há 7,7 anos com variação entre 4 a 15 anos. Quanto ao tempo de agricultura, existem aqueles que desenvolveram esta função ao longo da vida e os que iniciaram há pouco mais de 5 anos. Com relação à idade, os que participam na feira são adultos e alguns idosos. Do total, 29% têm idade entre 40 e 50 anos; 57%, entre 50 e 60 anos; e 14% são idosos com idade superior a 60 anos.

Em comparação com estudos realizados no município, em 2008, por Chiarello, Orłowski e Wackulicz (2008), com 29 feirantes, foi constatado que entre os agricultores familiares 45% apresentavam idade entre 39 e 48 anos e 28% tinham entre 49 e 58 anos. Aquela pesquisa já salientava a pequena participação de jovens e idosos na atividade, o que se acentua na pesquisa ora realizada.

As famílias são compostas, em média, por 3 pessoas com uma constituição básica de marido, mulher e filhos, sendo que 86% têm filhos que moram junto com os pais em razão da dependência característica da idade (0-21 anos) ou da idade avançada dos pais, que se tornaram dependentes da companhia dos filhos. A média de filhos é de 1,3 por família, sendo que 14% não têm filhos morando junto aos pais. Os demais têm entre 1 e 2 filhos. Com relação aos trabalhos desenvolvidos pelos membros da família, a maioria, 57%, tem 3 pessoas trabalhando com a horta, pomar ou produção de alimentos beneficiados para a comercialização na feira.

Em 2008, o estudo apontou que a grande maioria, 69% tinha de 2 a 3 filhos e 69% tinham filhos em casa, morando junto com os pais, o que era explicado, em parte, por serem filhos com idade entre 0 e 21 anos. Quanto aos membros da família que trabalhavam na propriedade, cerca de 55% das propriedades possuíam de 1 a 3 pessoas que trabalhavam no estabelecimento, enquanto 38% tinham de 4 a 6 pessoas e 7% apresentavam 7 pessoas ou mais (CHIARELLO, ORŁOWSKI, WACKULICZ, 2008). O pequeno número de pessoas trabalhando nas propriedades se manteve ao longo do período e a dificuldade em manter as atividades devido à escassa mão de obra será analisada mais adiante.

Entre as famílias pesquisadas, a pluriatividade é uma característica marcante. Segundo os dados coletados, renda familiar provém da comercialização das feiras, trabalho assalariado, aluguel, pecuária e beneficiamento de alimentos pela agroindústria familiar, apresentando rendimento médio anual de R\$ 22.280,57. O censo agropecuário de 2006 apontava que a renda média anual nas propriedades rurais perfazia um total de R\$ 13.600,00 correspondendo a 39 salários mínimos vigentes (R\$ 350,00) (FRANÇA, GROSSI, MARQUES, 2009). A presente pesquisa indicou uma média anual por família de R\$ 22.280,57, correspondendo a 31 salários (R\$ 724,00).

No presente estudo, identificou-se que a maior contribuição na composição da renda é proveniente das atividades agropecuárias relacionadas à comercialização nas feiras de produtos coloniais e mercados institucionais, correspondendo entre 58% e 100% dos rendimentos das famílias. Destaca-se que, para 43% das famílias, a feira é a única forma de recurso financeiro. Em 2008, este valor correspondia a 21% dos estabelecimentos que apresentavam entre 91 e 100% da renda oriunda da feira (CHIARELLO, ORŁOWSKI,

WACKULICZ, 2008). Assim, pode-se dizer que houve aumento no número de famílias que se dedicam a produção, visando a atender à demanda das feiras.

6. Importância da produção de alimentos para os agricultores feirantes: autoconsumo, SAN e geração de renda

Na pesquisa realizada, alguns feirantes mencionaram que iniciaram a produção de hortaliças, verduras e tubérculos para consumo da família e depois visualizaram na feira uma alternativa de comercialização do excedente e, conseqüentemente, de geração de renda. A feira também permitiu que a família continuasse a plantar e produzir o que mais gosta, respeitando as características das famílias e da propriedade. Outros, porém, modificaram totalmente sua produção devido às feiras. Este é o caso de famílias que deixaram a criação integrada de aves para investir em hortas. Estas famílias justificam a ação, afirmando que as atividades nos aviários são intensas e o retorno financeiro é baixo. Além disso, consideram seu trabalho explorado pelas empresas de integração. O relato a seguir deixa evidente esta situação:

Quando eu trabalhava no aviário, era muito explorada. A empresa sempre estava fazendo exigências, sempre precisava investir dinheiro. Era muita exploração, trabalhava muito e o retorno era baixo (Entrevista 05, L. 46 anos. Agricultor familiar).

Tal realidade corrobora com algumas discussões levantadas por Anjos; Caldas e Hirai (2008). Afirmam os autores que a modernização da agricultura eliminou muitas unidades familiares que se mostravam incapazes de incorporar as inovações tecnológicas e o novo modelo de produção. Assim, as famílias que conseguiram sobreviver foram conduzidas à especialização, dependendo de uma única atividade produtiva, sacrificando a produção destinada ao autoconsumo. A pesquisa indicou, no entanto que, mais recentemente, observa-se um rompimento deste ciclo de especialização para um movimento de pluriatividade, permitindo com isso retornar às práticas de autoconsumo de alimentos variados.

O autoconsumo é uma prática que ocorre em todas as famílias pesquisadas, sendo considerada importante para sua manutenção na agricultura. Entre os motivos citados para o autoconsumo dos alimentos, as respostas foram agrupadas em cinco categorias, seguindo a análise de conteúdo. Questões relacionadas à garantia da origem dos alimentos foram as mais citadas, correspondendo a 36% do total. A não utilização de agrotóxico também foi levantada como um dos motivos que levam ao autoconsumo (21% dos casos). As demais respostas se relacionaram à garantia de acesso regular e permanente aos alimentos, aspectos relacionados com as características organolépticas (frescor) e os benefícios relacionados à saúde, cada categoria correspondendo a 14%. O relato a seguir, evidencia a preferência da família pelos alimentos produzidos na própria horta.

Os produtos da horta são mais naturais. Nós plantamos sem “veneno” nenhum. Até as crianças começaram a consumir mais verduras e legumes, o sabor é melhor (Entrevista 02. I. 44 anos. Agricultora familiar, mãe de dois filhos).

Gazolla (2004) afirma que a produção para o autoconsumo é responsável pela geração da autonomia produtiva do agricultor familiar, frente ao contexto social e econômico, principalmente pelo princípio da alternatividade produtiva, ou seja, a possibilidade da família decidir entre o consumo e/ou comercialização. Além disso, o autoconsumo contempla aspectos de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, sustentáveis, em

quantidade suficiente, respeitando os hábitos alimentares. Desta forma, pode-se afirmar que os agricultores pesquisados estão em SAN, levando em consideração suas principais dimensões.

A prática do autoconsumo sob o aspecto econômico é vantajosa, permitindo que o recurso financeiro destinado à aquisição de alimentos possa ser investido em outras necessidades familiares. A seguir, serão detalhados os valores monetários correspondentes à produção de alimentos de origem animal e vegetal. Para melhor compreensão, os valores foram agrupados em produção destinada ao autoconsumo dos membros familiares, alimentos destinados à criação de animais e aqueles utilizados para comercialização.

Tabela 1 – Autoconsumo dos agricultores pesquisados das feiras de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó-SC, entre dezembro de 2013 a 2014.

Alimentos de origem vegetal	
Destino*	Rendimento (mensal)
Família e criação de animais	R\$ 451,60
Família	R\$ 143,27
Comercialização	R\$ 2.357,86
Alimentos de origem animal	
Destino	Rendimento (mensal)
Família	R\$ 139,29
Comercialização	R\$ 412,86

* Refere-se a quem se destina a produção e consumo dos alimentos produzidos (família, comercialização ou consumo animal).

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Os produtos de origem vegetal, incluindo os alimentos para consumo da família e aqueles destinados a alimentação animal (a exemplo da mandioca e do milho), correspondem à produção exclusiva para o autoconsumo na propriedade. A criação de animais com estes produtos torna-se uma forma de economia monetária, pois deixa-se de gastar, ou diminui-se os custos com a compra de rações. Além disso, os animais garantem à família produtos como leite, ovos e carnes tanto para autoconsumo, quanto para comercialização. Trata-se de uma alternativa viável e sustentável do ponto de vista econômico, uma vez que a família não tem a necessidade de comprar estes gêneros alimentícios em mercados formais, podendo com estes recursos financeiros atender outras necessidades, ou então investir na propriedade.

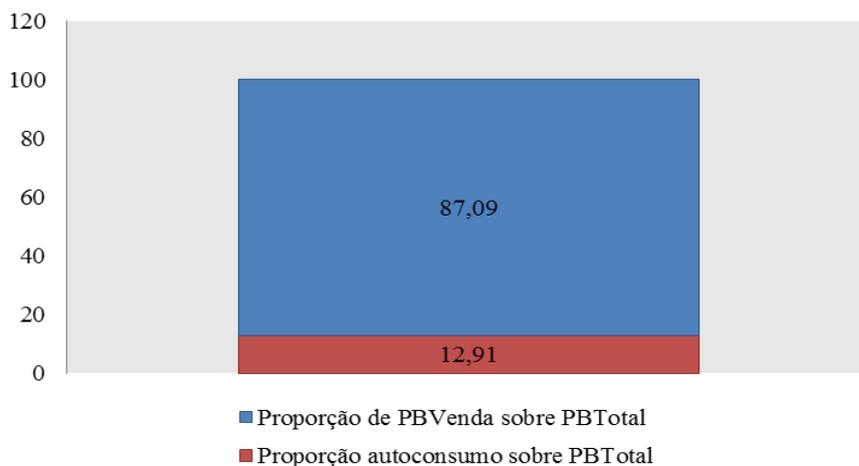
Os produtos de origem animal destinados à comercialização apresentam rendimento médio mensal de R\$ 412,86 por família pesquisada. É preciso considerar que a região é referência na produção e comércio de suínos e aves, e que os feirantes desenvolvem atividades paralelas a estas, a fim de aumentar sua rentabilidade. Os animais destinados para autoconsumo familiar mencionados pelos feirantes foram galinhas caipiras, bovinos e suínos. Levando em consideração que o preço das carnes no mercado formal compromete parte do orçamento familiar, a opção de produzir animais para abate e consumo é rentável do ponto de vista financeiro, para citar apenas um aspecto.

Entre os feirantes pesquisados, o único alimento comercializado que passa por processamento foi o salame, produzido também para o autoconsumo. Devido ao seu valor agregado e especialização nesta produção, o produto rendeu ao agricultor R\$ 5.940,00⁶ por ano e o autoconsumo correspondeu a R\$ 216,00 por ano. Ou seja, se o agricultor comprasse esse produto no mercado formal, considerando o preço de venda na feira, teria gasto R\$ 216,00 no consumo de salame.

⁶ Resultado da multiplicação entre a comercialização anual total pelo preço médio mensal de venda.

O Gráfico 1 evidencia que dentre os agricultores familiares pesquisados, cerca de 13% do Produto Bruto (PB) destina-se ao autoconsumo em relação ao Produto Bruto Total (PBT). Como atestam outras pesquisas, a produção para autoconsumo assume um montante significativo quando se estima esta produção. Por exemplo, na Região do Médio Alto Uruguai/RS, o PB de autoconsumo assume um montante, em média, de 15% do PBT. Quase 15% de tudo o que é produzido nas unidades é destinado ao autoaprovisionamento (GAZOLLA, 2004). Isso indica sua importância para a reprodução social e alimentar das famílias. Estudos de Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003) apontam que em torno de 20% do que é produzido pela agricultura familiar é utilizado no próprio estabelecimento como forma de atender as necessidades familiares.

Gráfico 1: Proporção do Produto Bruto de autoconsumo e de venda sobre o Produto Bruto Total nas famílias pesquisadas no município de Chapecó/SC.



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

O rendimento total médio mensal do autoconsumo de alimentos de origem vegetal e animal é de R\$ 864,46⁷ e o rendimento médio anual é de R\$ 10.493,52. Como a média de pessoas por família é de 3,42 membros, conclui-se que o autoconsumo médio mensal *per capita* está em R\$ 255,70. Ao considerar o salário mínimo federal vigente no período, de R\$ 724,00, observa-se que a família tem um autoconsumo médio mensal correspondente a 1,2 salários mínimos.

Analisando o rendimento financeiro médio anual das famílias (R\$ 22.280,57) e o valor médio do autoconsumo (R\$ 10.493,52) observa-se que caso as famílias apresentassem a necessidade de comprar os alimentos a preços praticados no mercado (preços pagos aos agricultores) gastariam quase metade da sua renda financeira anual, ou mais precisamente 47,10%. Assim, evidencia-se novamente a importância social, econômica e alimentar que o autoconsumo representa a essas famílias.

Além dos benefícios financeiros, o autoconsumo permite que a família tenha uma alimentação saudável, seguindo as recomendações do novo Guia Alimentar da População Brasileira que descreve que para compor uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa, culturalmente apropriada e promotora de sistemas alimentares social e ambientalmente sustentáveis, ela deve ter por base uma grande variedade de alimentos *in*

⁷ Animal de R\$ 412,86 e vegetal de R\$ 451,60 mensais.

natura ou minimamente processados, predominantemente de origem vegetal, e nas preparações culinárias feitas com esses alimentos (BRASIL, 2014).

As frutas, legumes e verduras, como parte da alimentação diária, podem ajudar a prevenir as principais doenças crônicas não transmissíveis. Ao consumir uma variedade de alimentos de origem vegetal, garante-se uma adequada ingestão de micronutrientes e fibras alimentares. Legumes e verduras orgânicos de base agroecológica são particularmente saborosos, além de protegerem o meio ambiente e a saúde (BRASIL, 2014).

Ao analisar o autoconsumo das famílias pesquisadas, do ponto de vista nutricional, pode-se dizer que elas estão dentro dos parâmetros de SAN, ao considerar os aspectos de acesso regular e permanente a alimentos frescos, variados, normalmente consumidos em períodos de safra e, em muitos casos, produzidos de forma orgânica.

Tabela 2 - Alimentos produzidos pelos agricultores pesquisados das feiras de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó-SC, entre dezembro de 2013 a 2014.

Alimentos de origem vegetal	Quantidade total produzida/ano⁸	Quantidade total de autoconsumo familiar/ano⁹
Batata – doce	6200 Kg	750 Kg
Feijão	1840 Kg	140 Kg
Mandioca	17800 Kg	1950 Kg
Milho	10000 Kg	200 Kg
Alface	34000 unidades	1912 unidades
Beterraba	7400 Kg	256 Kg
Cenoura	4400 Kg	232 Kg
Couve	3600 unidades	68 unidades
Salsa	2550 maços	96 maços
Repolho	22700 unidades	16 unidades
Tomate	6000 Kg	360 Kg
Radiche	1800 maços	96 maços
Rúcula	6100 maços	336 maços
Couve-flor	1280 unidades	52 unidades
Pimentão	1240 Kg	98 Kg
Brócolis	3750 unidades	60 unidades
Cebolinha	2480 maço	52 maço
Pepino	3000 Kg	100 Kg
Alimentos de origem animal	Quantidade total produzida	Quantidade total de autoconsumo familiar/ano
Carne bovina	1000 Kg	1000 Kg
Frango caipira	180 Kg	180 Kg
Carne suína	12000 Kg	100 Kg
Salame	360 Kg	30 Kg
Leite	8000 litros	730 litros
Ovos	300 bandejas	25 bandejas

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

A Tabela 1 evidencia uma variedade dos alimentos, principalmente de origem vegetal. Segundo o Guia Alimentar (2014), a alimentação deve ser variada, composta de todos os grupos alimentares como grãos, raízes, tubérculos, farinhas, legumes, verduras, frutas, castanhas, leite, ovos e carnes e variedade dentro de cada tipo como feijão, arroz, milho, batata, mandioca, tomate, abóbora, laranja, banana, frango, peixe, pois cada alimento tem uma

⁸ As quantidades correspondem ao total de produção, ou seja, se trata do total de alimentos produzidos para autoconsumo, comercialização e para alimentação de animais.

⁹ Autoconsumo da família exclui a alimentação fornecida aos animais.

quantidade específica de nutrientes que, em conjunto, suprem as necessidades nutricionais diárias. Desta forma, podemos dizer que as famílias estão dentro dos parâmetros da SAN do ponto de vista nutricional (BRASIL, 2014).

Outra informação importante para análise são os alimentos destinados somente para o autoconsumo familiar, como é o caso da carne bovina e frango caipira. A comercialização de alimentos de origem animal requer atender a um conjunto de normas de inspeção e fiscalização, terminando por inviabilizar, em muitos casos, a comercialização destes produtos. Apesar da dificuldade de comercialização dos produtos de origem animal, a maioria das famílias opta por destinar esses alimentos ao seu consumo, justamente pela garantia da qualidade e da procedência.

As carnes principalmente as de frango que compra no mercado é diferente das galinhas que a gente cria. Os frangos de aviário ficam prontos para entregar em 40 dias no máximo. Os que criamos soltos demoram muito mais, não usamos remédios e ração como dos aviários (Entrevista 05, L. 46 anos. Agricultor familiar).

Além disso, podemos afirmar que as famílias também estão em SAN do ponto de vista do respeito aos hábitos alimentares. Os agricultores mantiveram suas culturas alimentares produzindo alimentos com os quais gostam de “lidar”, devido às heranças familiares ou ao repertório cultural nas palavras de Long (2001), como expõe um feirante. Esta afirmou que a família sempre teve horta e se sente incomodada quando não tem determinado alimento disponível para colheita. A produção de salame também chama atenção por se tratar de um alimento com características da cultura italiana. Um agricultor menciona que trabalha sozinho na produção e que seria necessária ajuda de mais pessoas para fazer o trabalho adequadamente, mas ressalta como gosta da atividade e não tem intenção de parar.

Ademais, levando em consideração os processos de modernização da agricultura e o consequente aumento da produção de *commodities*, com maior valor de mercado, em detrimento da produção diversificada e para autoconsumo, que nem sempre gera uma renda monetária perceptível aos agricultores, foi questionado se a demanda da feira poderia interferir nas práticas de autoconsumo das famílias. Observou-se que, segundo 57% dos entrevistados, estas interferências não ocorrem. As características de produção são mantidas e não há produção de novos tipos de alimentos. Em outros casos, os agricultores tentam produzir para o fornecimento na feira, e estes produtos acabam sendo destinados também ao autoconsumo, desde que se trate de alimentos que façam parte dos hábitos alimentares e culturais da família.

Cabe ainda mencionar os principais motivos que levaram os agricultores a comercializar seus produtos nas feiras foram agrupados em seis categorias. Renda maior e garantia de recebimento do dinheiro no momento da venda foram os fatores mais citados, correspondendo a 33% dos entrevistados. Em segundo lugar, representando 25%, foi mencionada a questão da venda direta ao consumidor, sem a necessidade de atravessadores, o que influi também na maior rentabilidade. Os demais motivos mencionados estão relacionados com a possibilidade de interagir semanalmente com um grupo diferente de pessoas, o que representou 17%, além de elementos que se vinculam a questões pessoais de saúde, possibilidade de ter uma alimentação mais saudável e uma destinação econômica para uma produção preexistente.

Entre os motivos citados, observou-se que a comercialização de diferentes alimentos na feira é uma estratégia das famílias para garantir uma alimentação mais variada, com inclusão de alimentos *in natura*. Nesse sentido, 57% dos pesquisados afirmaram que a comercialização de alimentos na feira modificou os hábitos alimentares da família, uma vez

que aumentou o consumo de verduras e hortaliças. Isso se deveu ao acesso mais facilitado a estes produtos e/ou ao frescor característico destes alimentos. Os que responderam que a alimentação não mudou pós-comercialização na feira têm uma característica em comum, sempre trabalharam com estes produtos ou tiveram modificação com a criação da horta, criada anteriormente à venda na feira.

Importa destacar que os alimentos disponíveis na propriedade para autoconsumo e comercialização são os mesmos. Entre os alimentos citados no grupo dos vegetais que são comercializados e consumidos estão: batata-doce, feijão, mandioca, alface, beterraba, cenoura, couve, salsa, repolho, tomate, radiche, rúcula, couve-flor, pimentão, brócolos, cebolinha e pepino. Do grupo dos alimentos de origem animal, alguns agricultores criam bovinos, suínos e/ou aves. Observa-se que há grande variedade de alimentos de origem vegetal, no entanto, isso não ocorre com os de origem animal, tendo em vista que as propriedades acabam por se especializar na criação de poucas espécies, prática comum na região.

Enfim, o autoconsumo mostrou-se uma prática comum entre os agricultores familiares. É uma forma de consumir alimentos com garantia de procedência e também de economia financeira. Isso permite que os agricultores dêem outro destino aos recursos financeiros que seriam dispensados à compra de alimentos. O autoconsumo também permitiu aos agricultores geração de renda com o excedente dessa produção e sua comercialização nas feiras.

As feiras de produtos coloniais, como dito anteriormente, são estratégias importantes para a SAN da sociedade como um todo, fazendo com que os agricultores tenham uma renda financeira periódica e constante, de acordo com a frequência de comercialização na feira. Já os moradores das cidades acabam tendo acesso a alimentos de qualidade, que respeitam a cultura alimentar e a produção local. As feiras também são espaços de interação social, troca de conhecimentos e experiências. Como enfatiza Retiere (2014), as feiras impregnam o imaginário dos consumidores envolvidos em circuitos curtos com a qualidade dos produtos.

Para produzir a diversidade de alimentos necessários à feira, os agricultores enfrentam algumas dificuldades relacionadas à falta de mão de obra, citada por 33% dos entrevistados. A mesma prevalência foi citada para os problemas relacionados a situações climáticas, como a seca, recorrente na região. Já 17% dos entrevistados mencionaram que não têm assistência técnica governamental para a produção. Entre outros problemas, cita-se a falta de tempo para se dedicar à produção e a qualidade duvidosa dos insumos e sementes, correspondendo a 17%.

7. Considerações Finais

A produção para autoconsumo é uma realidade presente entre todos os agricultores pesquisados, que, embora almejem renda com a produção e comercialização de alimentos, ainda priorizam o consumo da família, por considerarem seus produtos de melhor qualidade. O trabalho demonstrou que as feiras de produtos coloniais e agroecológicos e a prática de autoconsumo são desenvolvidas de forma integrada pelas famílias de agricultores, pois são estratégias que garantem a SAN dos mesmos e, também, da população local que se abastece neste tipo de cadeia curta agroalimentar.

Neste sentido, as feiras livres são um dos principais canais curtos de abastecimento agroalimentar da população brasileira. Elas são importantes para os agricultores, pois cumprem os papéis de escoar a produção, garantir melhores preços e possibilitar a aproximação com seus consumidores. Do lado do consumo, as feiras aproximam

consumidores dos agricultores, religando-os em circuitos que são comerciais, mas também simbólicos e de construção da sociabilidade. Os consumidores conseguem adquirir produtos mais sustentáveis do ponto de vista ambiental e da sua SAN, a preços mais baixos (se comparados com outros varejistas) e que fazem parte de seus repertórios culturais e hábitos de consumo locais.

Corroborando as considerações acima, a colocação de Darolt, Lamine e Brandenburg (2013) de que cada vez mais o consumidor consciente busca nos mercados locais produtos ecológicos, de época e com preços justos, mas também quer adquirir produtos com a cara do produtor, em que sejam ressaltadas as características locais das comunidades, como as tradições, o modo de vida, a valorização do saber-fazer, o cuidado com a paisagem. Não se trata apenas de um ganho em escala, mas em qualidade. Isso cria novas relações sociais e novos valores, promovendo o resgate da autonomia dos agricultores.

Por sua vez, pode-se afirmar que as famílias pesquisadas estão dentro dos padrões preconizados pela SAN, levando em consideração as diretrizes de qualidade dos alimentos, ao consumir produtos livres de agrotóxicos, de procedência conhecida e com respeito ao ciclo de produção, o que favorece sua qualidade nutricional. Ao analisar o aspecto de acessibilidade e quantidade, fica evidente que as famílias têm acesso fácil aos alimentos que produzem. Mesmo em se tratando de produtos de comercialização, as famílias optam, inicialmente, por suprir as necessidades de consumo e, posteriormente, de venda. Além disso, a quantidade comercializada, muitas vezes, é o excedente, não interferindo no autoconsumo.

Os alimentos destinados à feira e ao autoconsumo são os mesmos, não havendo produtos específicos para somente uma finalidade; o que é comercializado é consumido e vice-versa. Ademais, em alguns casos, a implantação da horta e a participação da feira ocasionaram algumas mudanças nos hábitos alimentares, como a inclusão de mais hortaliças no cardápio familiar, o que é um ponto positivo por se tratar de alimentos de alto valor nutricional.

Este trabalho destaca a importância das feiras de produtos coloniais e agroecológicos para a manutenção da produção para autoconsumo dos agricultores contribuindo, conseqüentemente, também para a SAN destas famílias e dos consumidores das feiras. Este resultado serve de alerta para que os responsáveis pelo planejamento e os formuladores de políticas públicas atentem que as feiras são importantes canais curtos de abastecimento, que trazem benefícios para agricultores e consumidores. Portanto, são mecanismos importantes de fortalecimento da SAN, que vão além dos aspectos financeiros, passando pelo fortalecimento de questões nutricionais, da sociabilidade, socioculturais e de autoconsumo.

Para fortalecer ainda mais esse tipo de circuito curto, o Estado necessita atentar para as dificuldades levantadas pelos agricultores, por exemplo, a falta de assistência técnica e de estrutura física. Políticas públicas inovadoras voltadas a esse público possibilitariam o aumento e/ou diversificação da produção, a reprodução de novas feiras locais/regionais, religação da produção ao consumo local, melhoria do escoamento da produção, entre outros aspectos, sendo que os consumidores seriam beneficiados, pois se supõe que haveria maior consumo de alimentos da agricultura familiar pela sociedade em geral. Neste sentido, as políticas públicas podem ser pensadas de forma a integrar e aproximar os dois pólos da “equação agroalimentar” – produção e consumo – beneficiando-os mutuamente.

Referências

- ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Vedella; HIRAI, Wanda Griep. **Mercantilização da agricultura e insegurança alimentar no sul do Brasil**. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Pelotas - RS, 2008.
- ANTUNES, Dinamares Aparecida; MUTERLLE, Júlia Carla; CUNHA, Luiz Alexandre Golçalves. **A importância da agricultura familiar para a segurança alimentar**. Curitiba: IX Jornada do trabalho, 2011.
- BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.
- BRASIL. Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada; Secretaria de Estado dos Direitos Humanos; Ministério das Relações Exteriores. **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil**. Brasília: IPEA, 2002.
- BRASIL. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: CAISAN, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.
- BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 10, 2003.
- BURITY; Valéria et al. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p.
- CARVALHO, Cynthia Xavier de et al. **Inovações técnico-produtivas, dispositivos coletivos e desenvolvimento rural**: a agroecologia no oeste de Santa Catarina e no agreste da Paraíba. 48º Congresso Sober-Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural. 2010.
- CHIARELLO; Maralucia; ORLOWSKI, Rosemari Fátima; WACKULICZ; Gilmar Jorge. **Feiras livres: uma alternativa de geração de renda aos agricultores familiares de Chapecó (SC)** 2008. Disponível em: http://www.apec.unesc.net/II%20EEC/sessoes_tematicas/Regional/Artigo15.pdf. Acesso em 15 nov. 2015.
- DAROLT, Moacir R.; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. Diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**, v. 10 - n. 2, jun/2013, p.8-13.
- FERRARI, Dilvan Luiz. **Cadeias agroalimentares curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina** / Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.
- FONSECA, Maria F. A. Características, estratégias, gargalos, limites e desafios dos circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos no Rio de Janeiro: as feiras. **Revista Brasileira de Agroecologia**, p.2599-2602, v. 4, n. 2, 2009.

FRANÇA, Caio Galvão de; GROSSI, Mauro Eduardo Del; MARQUES, Vicente. de Azevedo. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

FREDERICO, Samuel. Modernização da agricultura e uso do território: a dialética entre o novo e o velho, o interno e o externo, o mercado e o estado em áreas de cerrado. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 34, 2013. Número Especial, p. 46-61.

GALLA; Luciano. Por uma alimentação sustentável e ecologicamente correta. In: NEUTZLING Inácio. Desperdícios e perda de alimentos: impactos sociais, econômicos e ambientais. **Revista Humanista Unisinos-IHU** online. Nº 452 Ano XIV. Online: 01 set. 2014.

GAZOLLA, Márcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004. 306 f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Rural) Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. A produção da autonomia: os papéis do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: v15, p.89-122, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2a ed. Campinas, Instituto de Economia (IE)/Unicamp, 1998.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol.Rural**.2008, vol.46, n.2, pp. 481-515.

GRISA C, GAZOLLA M, SCHNEIDER S. "Produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**. Mérida, v. 16, n. 31, jul. 2010.

HOFFMANN R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 21(1):417-421, 2014. 417.

IPEA-INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **A produção para autoconsumo no Brasil: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006**. Instituto de Pesquisa Aplicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Brasília, 2013.

LOCATELLI, Débora Regina Schneider. **Avaliação da qualidade da feira de produtos coloniais e agroecológicos de Chapecó-Centro 1 por parte dos consumidores**. (Dissertação de mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, 2009.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London: Routledge, 2001.

MALUF, RSJ. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, Vozes, 2007.

MALUF, Renato. S., MENEZES, Francisco. 2000. **Caderno Segurança Alimentar**. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentacao/tconferencias.html>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes, **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, n.17, v.2, p. 78-87, 2010.

MARQUES; Flávia Charão; MELLO; Márcio Antônio. **Produção de novidades:** “desvios” da agricultura familiar no oeste de Santa Catarina. Sociedade Brasileira e Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre; 2009.

MARTINEZ, Ernesto Álvaro. Feiras de produtos coloniais e agroecológicos. In **Segurança alimentar e nutricional:** a contribuição das empresas para a sustentabilidade das iniciativas locais. São Paulo: Instituto Pólis, 2003.

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **Com Ciência**, Campinas, n. 120, 2010.

PIRES J.A.S, SPRICIGO G. O conceito da pluriatividade na agricultura familiar. [s.d.]. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/794.pdf>. Acesso em: 30 maio 2015.

REDE AGRISUSTENTÁVEL. **A Produção e consumo de orgânicos aumenta e crescem no Brasil**, 2008. Disponível em: <http://www.agrisustentavel.com/san/mercadom.html>. Acesso em: 10 mar. 2015.

REIS, Edna Afonso; REIS Ilka Afonso. **Análise descritiva de dados:** síntese numérica. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Exatas. Departamento de Estatística. Relatório Técnico: 2002.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning**, 2003, v. 35, p.393-411.

RETIERE, Morgane I. H. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas.** Dissertação (Mestrado em Ciências), Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **A formação e o sentido do Brasil.** Companhia das Letras: São Paulo, 1995.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães et al. A feira e o trabalho rural no Alto Jequitinhonha: um estudo de caso em Turmalina, Minas Gerais. **Unimontes Científica**. Montes Claros, v.5, n.1, jan./jun. 2003.

SCARABELOT, Maristela; SCHNEIDER, Sérgio. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – um estudo de caso no município de Nova Veneza/sc. **Revista faz ciência**. Unioste. Vol. 14, n 19-jan/jun 2012. p.101-130.

SCHNEIDER, Sergio. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 85-131, mar. 2010.

SILVA, Nilcéia de Jesus Alves da. **A produção hortigranjeira no município de Maringá.** Dissertação de Mestrado. Mestrado de Geografia. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR: 2006.

SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da. et. al. A construção dos mercados na produção artesanal de alimentos: os circuitos curtos de comercialização. **Anais do XIV Congresso Brasileiro De Sociologia**, 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro, 2009.

TRAVERSAC, J.B. (org). **Circuits Courts:** contribution au développement regional. Dijon: Educagri, 2010.